



Missão: *Garantir os direitos do jurisdicionado no Estado do Acre, com Justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a sociedade.*

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA JUIZ LEIGO E CONCILIADOR

CADERNO DE PROVAS – JUIZ LEIGO



INSTRUÇÕES – LEIA COM ATENÇÃO:

PROVA OBJETIVA

1. Verifique se seu caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, correspondentes à prova objetiva, e se estão corretamente ordenadas de 1 a 40, cada uma possuindo quatro alternativas “A, B, C e D”.
2. Caso o caderno de provas ou o cartão-resposta estejam incompletos ou apresentem algum defeito, comunique aos fiscais de sala, que adotarão as providências adequadas.
3. Ao receber o Cartão-Resposta identifique-o com o número de sua inscrição. Transfira as respostas para esse cartão, utilizando apenas caneta de tinta azul ou preta, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta, lembrando que só há uma resposta correta para cada questão, de acordo com modelo:

- 01
- 02

PROVA SUBJETIVA

4. Verifique se seu caderno de provas contém 3 (três) questões subjetivas.
5. Ao receber seu caderno de provas, identifique-o com o **número de sua inscrição**.
6. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, repetida, ausência de página ou impressão defeituosa), solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição.
7. Cada caderno de provas conterá 2 (duas) folhas de rascunho para elaboração das respostas das questões teóricas. As respostas devem ser transcritas para as respectivas “folhas oficiais de respostas”, pois os rascunhos não serão corrigidos.
8. Evite rasuras, pois elas poderão dificultar o entendimento de suas respostas.

INSTRUÇÕES GERAIS

9. A duração da prova é de **5 (cinco) horas**, incluindo a transcrição das respostas para o Cartão-Resposta.
10. Ao terminar a prova comunique ao fiscal da sala e devolva o seu Cartão-Resposta e o caderno de provas. Este último poderá ser levado pelo candidato somente no caso de **restar 30 (trinta) minutos** para o término do tempo de prova.
11. Não é permitido o uso de aparelhos eletrônicos de quaisquer espécies, bem como o uso de óculos escuros e boné. Se o celular tocar no período de realização da prova, o candidato será automaticamente desclassificado.
12. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno de provas poderá implicar a anulação da sua prova.
13. Aguarde a autorização do fiscal de sala para abrir o caderno e iniciar a prova.

BOA SORTE!



DIREITO CONSTITUCIONAL

1) A Constituição Federal estabelece em seu art. 5º os direitos e garantias fundamentais do cidadão, assunto bastante comentado pela doutrina pátria. A respeito do tema, é correto afirmar que:

- A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, independente de determinação judicial.
- B) Não é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- C) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação civil e administrativo.
- D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

2) O Gerente de sociedade de economia mista da qual o Estado do Acre participa realiza ato lesivo ao patrimônio da empresa. A anulação do ato pode ser pleiteada:

- A) Em ação popular proposta por qualquer pessoa residente no país.
- B) Em mandado de segurança impetrado por qualquer pessoa residente no município.
- C) Em ação popular por qualquer cidadão.
- D) Apenas pelos que foram prejudicados pelo ato.

3) Quanto aos direitos fundamentais provenientes de tratados internacionais é correto afirmar que:

- A) Quando aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos por 3/5 dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis ordinárias.
- B) Quando aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos por 3/5 dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.
- C) Em razão da soberania nacional, não integram o ordenamento jurídico pátrio.
- D) Quando aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos por 3/5 dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

4) Sobre direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, marque a única opção correta.

- A) Nos termos da Constituição Federal, não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- B) Estabelece a Constituição Federal que não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento escusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.
- C) É regrada a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens, desde que seja autorizado pelo Juiz.
- D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo dispensável prévio aviso à autoridade competente.

5) Sobre os direitos fundamentais individuais e coletivos referidos ao acesso à jurisdição e às garantias processuais, é incorreto afirmar:

- A) Que aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- B) Que a lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito, mas a própria constituição pode fazê-lo.



- C) Que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
D) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão do ministério público, já que este é o guardião da ordem jurídica.

DIREITO ADMINISTRATIVO

6) Levando em consideração entendimento jurisprudencial e doutrinário a respeito da anulação e revogação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) O ato administrativo poderá ser revogado, por motivo de ilegalidade, pela própria administração pública que o praticou.
B) A anulação do ato ilegal é tarefa exclusiva do Poder Judiciário.
C) O ato administrativo só poderá ser revogado pela própria administração pública que o praticou. O Poder Judiciário, no entanto, poderá revogar o ato administrativo, desde que por ele praticado, no exercício de função atípica, secundária.
D) Atos administrativos vinculados, assim como os discricionários, poderão ser revogados pela administração pública, caso deixem de atender à sua conveniência e oportunidade.

7) Quanto aos entes da Administração Indireta, não é correto afirmar que:

- A) A empresa pública depende, para a sua criação, de autorização legislativa, que deve ser específica, vedada a autorização genérica.
B) A qualificação como agência executiva pode recair tanto sobre entidade autárquica quanto fundacional, integrante da administração pública.
C) O patrimônio das autarquias destinadas à execução de serviço público é inalienável, impenhorável e imprescritível.
D) A empresa pública depende, para a sua criação, de autorização legislativa, que deve ser por lei complementar, vedada a autorização genérica.

8) Discricionariedade, auto-executoriedade e coercibilidade podem ser apontados como:

- A) Atributos do poder de polícia.
B) Requisitos do ato administrativo em geral.
C) Elementos do ato administrativo em geral.
D) Pré-requisitos dos atos vinculados.

9) Levando em consideração entendimento jurisprudencial e doutrinário a respeito do Poder de Polícia, marque a alternativa incorreta:

- A) O Poder de Polícia compreende a realização de atos concretos, a elaboração de normas regulamentares, a fiscalização e a expedição de diversas espécies de autorização (alvará de funcionamento, por exemplo).
B) Os juízes de direito não podem exercer o Poder de Polícia, pois tal poder é inerente à função administrativa.
C) A Administração não depende da intervenção judicial para tornar efetivo o Poder de Polícia.
D) A Polícia Judiciária não é diretamente vinculada ao Poder Judiciário.

10) Quanto à formalização dos Contratos e às respectivas alterações, marque a única alternativa correta:

- A) Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.
B) Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, bem como, suas respectivas testemunhas, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta lei e às cláusulas contratuais.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Processo Administrativo nº 0101791-80.2015.8.01.0000

- C) A minuta do futuro contrato não precisa integrar o edital ou ato convocatório da licitação, uma vez que, somente após o encerramento do processo licitatório a parte tomará conhecimento do teor da minuta.
D) Os contratos poderão ser alterados, unilateralmente pela administração quando houver modificação do projeto, mas, nunca das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

DIREITO CIVIL

11) Quanto à prescrição:

- A) Pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
B) Não admite renúncia.
C) Pode ser alterada por acordo entre as partes.
D) Pendendo condição suspensiva, corre a prescrição normalmente.

12) Quanto aos juros moratórios:

- A) Não podem ser convencionados entre as partes contratantes.
B) Podem ser convencionados entre as partes contratantes desde que estipulem a taxa aplicável.
C) Ante a ausência de estipulação de taxa, aplica-se a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
D) Apenas quando se alegar prejuízo, o devedor estará obrigado ao pagamento dos juros de mora.

13) No tocante às perdas e danos:

- A) Abrangem somente os lucros cessantes.
B) Nas obrigações de pagamento em dinheiro dispensam a correção monetária.
C) Incluem danos emergentes e lucros cessantes, diretos e indiretos, bem como os mediatos e imediatos advindos da inexecução contratual.
D) Contam-se os juros de mora desde a citação inicial.

14) No tocante à responsabilidade civil:

- A) O direito de exigir a reparação civil transmite-se com a herança.
B) A responsabilidade civil depende da criminal.
C) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver deste, ainda que seja seu descendente.
D) Se a ofensa tiver mais de um causador, cada um responderá na medida de sua culpa.

15) Quanto à posse, é correto afirmar:

- A) O possuidor com justo título não tem a favor de si a presunção de boa-fé.
B) É detentor aquele que tem de fato o exercício de um dos poderes inerentes à propriedade.
C) Ao sucessor singular é permitido unir a sua posse a do antecessor, para os efeitos legais.
D) A posse do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.

PROCESSO CIVIL

16) São condições da ação:

- A) Partes capazes, objeto lícito, determinado ou determinável e consentimento livre.
B) Legitimidade das partes, interesse processual e possibilidade jurídica do pedido.
C) Perempção, litispendência e coisa julgada.
D) Juiz regularmente investido, citação válida, capacidade processual das partes e capacidade postulatória (advogado).

17) A conciliação é cabível:

- A) Em todo e qualquer litígio.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Processo Administrativo nº 0101791-80.2015.8.01.0000

- B) Somente nos litígios sobre direitos patrimoniais de caráter privado.
- C) Nos litígios sobre direitos patrimoniais de caráter privado, bem como nas causas relativas à família, nos casos permitidos por lei.
- D) Somente nos casos relativos à família.

18) O depoimento pessoal das partes pode ser determinado:

- A) A pedido da outra parte ou de ofício pelo Juiz.
- B) Somente a pedido da parte contrária.
- C) Somente a pedido da própria parte.
- D) Somente de ofício pelo Juiz.

19) A confissão pode ser realizada:

- A) Somente pela própria parte.
- B) Pela própria parte ou por mandatário com poderes especiais.
- C) Somente em Juízo (confissão judicial).
- D) Acerca de fatos relativos a direitos indisponíveis.

20) A parte se escusa de depor:

- A) Quando se declarar constrangida.
- B) Quando entender dispensável o seu depoimento.
- C) Somente sobre fatos criminosos que lhe forem imputados.
- D) A cujo respeito, por estado ou profissão deva guardar sigilo.

LEIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS (Leis nos 9.099/95 e 12.153/09).

21) A sentença que condenar a parte em valor superior ao teto dos juizados é:

- A) Nula.
- B) Anulável.
- C) Ineficaz.
- D) Válida.

22) Acerca dos recursos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

- A) Quando interpostos contra sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para recurso.
- B) Todos os recursos deverão ser interpostos na forma escrita.
- C) Todos os recursos independem de preparo.
- D) Cabem embargos de declaração em caso de omissão, obscuridade, contradição e dúvida.

23) Os embargos à execução, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, não podem alegar:

- A) Falta ou nulidade da citação no processo, se ele correu à revelia.
- B) Manifesto excesso de execução.
- C) Penhora incorreta.
- D) Erro de cálculo.

24) Acerca das custas e demais despesas do processo no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

- A) Os recursos independem de preparo.
- B) O acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- C) Mesmo que a parte seja condenada em litigância de má-fé, ainda assim não haverá condenação em custas processuais e honorários advocatícios.



D) Não se admite a dilação de prazo para a comprovação do pagamento das custas.

25) Acerca do pedido no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta.

- A) Não se admite pedido genérico.
- B) Não se admite pedido oral.
- C) Os fatos e o fundamento jurídico devem estar descritos de forma pormenorizada, sob pena de inépcia da inicial.
- D) Os pedidos poderão ser alternativos ou cumulados, desde que conexos e que a soma não ultrapassem o limite de alçada dos juizados.

26) Sobre a composição das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis:

- A) O mandato dos juízes é de três anos;
- B) Deverá ser observada, apenas, a lista de antiguidade para fins de designação de seus juízes;
- C) Pode ser composta por juízes e desembargadores que manifestem expresso interesse no cargo.
- D) Não será permitida a recondução, salvo quando não houver outro juiz na sede da turma recursal.

27) Assinale a alternativa correta:

- A) No âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.
- B) O acordo extrajudicial, desde que respeite o valor do teto dos Juizados Especiais Cíveis, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.
- C) Admite-se a ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído por esta Lei.
- D) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.

28) No âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- A) Havendo interpretação divergente entre as Turmas de diferentes Estados acerca de lei federal ou de súmula do Superior Tribunal de Justiça, cabe ao próprio STJ decidir a questão.
- B) As obrigações definidas como de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatório terão como limite o que for estabelecido na lei de competência da União.
- C) Os juízes leigos podem exercer a advocacia de forma livre.
- D) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública são competentes para processar e julgar mandados de segurança em face de atos ilegais praticados pelos dirigentes de empresas públicas.

DIREITO DO CONSUMIDOR (Lei no 8.078/90).

29) Em caso de responsabilidade por vício do produto e do serviço, o Código de Defesa do Consumidor estabelece que o consumidor pode exigir qualquer das hipóteses abaixo:

- A) A imediata substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
- B) A restituição da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos se, decorrido o prazo de 30 dias, o vício não for sanado.
- C) O imediato abatimento proporcional do preço.
- D) A imediata restituição da quantia paga.

30) No âmbito do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:

- A) obsta a decadência a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.
- B) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente



responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

- C) As sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.
- D) As sociedades coligadas respondem independentemente da existência de culpa.

DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.

31) Se o crime for de alçada privada, a instauração de inquérito policial:

- A) Não interrompe o prazo para o oferecimento de queixa.
- B) É indispensável para a propositura da ação penal.
- C) Constitui causa de interrupção da prescrição.
- D) Suspende o prazo para o oferecimento de queixa.

32) Oferecida a queixa-crime, com materialidade e autoria comprovadas, foram os autos com vista ao Promotor de Justiça, tendo este do exame dos autos verificado tratar-se de crime de ação pública. Que providência deve o Dr. Promotor adotar:

- A) Aditar a queixa.
- B) Oferecer denúncia.
- C) Pedir o prosseguimento do feito.
- D) Requerer diligências.

33) Conforme o disposto pelo art. 82 do Código de Processo Penal se, não obstante a conexão ou continência, forem instaurados processos diferentes, a autoridade de jurisdição prevalente deverá avocar os processos que corram perante os outros juizes, salvo se já estiverem com sentença definitiva. Neste caso, a unidade dos processos só se dará, ulteriormente, para:

- A) Efeito de diminuição e separação das penas.
- B) O concurso ente a competência do júri e a de outro órgão de jurisdição comum.
- C) Excepcionalmente, a hipótese de reconhecimento do crime continuado.
- D) Efeito de soma ou de unificação das penas.

34) Marque a alternativa correta. A intimação da testemunha funcionária pública, para fins de audiência, será efetivada:

- A) Através de requisição ao seu superior hierárquico.
- B) Pessoalmente, via mandado.
- C) Pelo correio, via AR (aviso de recebimento).
- D) Pessoalmente, via mandado, com comunicação ao chefe da repartição em que servir.

35) Marque a alternativa correta. Entendendo o Juiz sentenciante ser possível dar nova definição jurídica ao fato criminoso da qual resultará pena mais grave, ainda que não modifique a descrição do fato contido na denúncia, deverá:

- A) Baixar os autos em cartório para as partes se manifestarem.
- B) Abrir vista ao Ministério Público para aditamento da denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias.
- C) Proceder à *emendatio libelli*.
- D) Reabrir a instrução criminal.

36) Constitui conduta tipificada no CDC como crime contra as relações de consumo:

- A) Empregar, no fabrico de produto destinado a consumo, revestimento, gaseificação artificial, matéria corante, substância aromática, antisséptica, conservadora ou qualquer outra não expressamente permitida pela legislação sanitária.
- B) Exigir cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, bem como o preenchimento prévio de formulários administrativos, como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

Processo Administrativo nº 0101791-80.2015.8.01.0000

C) Fabricar, sem licença da autoridade competente, substância ou engenho explosivo, gás tóxico ou asfixiante, ou material destinado à sua fabricação.

D) Empregar na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor.

37) Considere as assertivas abaixo sobre penas:

I- São penas restritivas de direitos previstas no Código Penal, além da prestação pecuniária a perda de bens, a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, a interdição temporária de direitos, como a proibição de frequentar determinados lugares, e a limitação de fim de semana.

II- A gravidade do crime em abstrato, por si só, não se presta à adoção de regime inicial diverso do sugerido em lei.

III- A pena restritiva de direitos reverte à pena de prisão, quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.

Quais são corretas?

A) I, II e III

B) Apenas I

C) Apenas II e III

D) Apenas III

38) No cálculo da pena:

A) A redução pela menoridade do acusado deve incidir após o acréscimo pelo crime continuado.

B) O aumento pelo concurso formal deve preceder a diminuição pela confissão espontânea.

C) O acréscimo pela má antecedência do acusado deve incidir antes da redução pela tentativa.

D) O aumento pela reincidência deve ser posterior à redução pela participação de menor importância.

39) Para o Direito Penal Brasileiro, o suicídio:

A) Tem relevância, desde que praticado com uso de arma de fogo.

B) Tem relevância se praticado com o uso de explosivo.

C) Tem relevância, se praticado com uso de veneno.

D) Não tem relevância.

40) Com relação ao Estatuto do Desarmamento, Lei n. 10.826/2006, assinale a opção correta:

A) No crime de comércio ilegal de arma de fogo, a pena é aumentada se a arma de fogo, acessório ou munição for de uso permitido.

B) O agente que perambula de madrugada pelas ruas com uma arma de fogo de uso permitido, sem autorização para portá-la, comete infração penal, independentemente de se comprovar que uma pessoa determinada ficou exposta a uma situação de perigo.

C) Na hipótese de arma absolutamente inapta a efetuar disparos, o fato é considerado típico, porque se presume o risco em prol da coletividade, apesar de não haver exposição de alguém a uma situação concreta de perigo.

D) O crime de deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor se apodere da arma de fogo que esteja sob sua posse admite tentativa.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Processo Administrativo nº 0101791-80.2015.8.01.0000

**PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS
(RESPONDER NA FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL)**

1. Diferencie prova ilícita de prova ilegítima. Descreva hipóteses em que se configura, segundo a Constituição, a obtenção de provas por meios ilícitos. São elas juridicamente válidas e admissíveis para fins de investigação criminal ou instrução processual penal ou cível? Por quê?
2. A expressão “poder de polícia” encontra-se consagrada na legislação (ex.: art. 145, II, da CRFB e art. 78 do CTN) e ainda é utilizada pela maior parte da doutrina e da jurisprudência pátrias. Pergunta-se: o que se entende por poder de polícia no âmbito do direito administrativo? Qual a sua razão e fundamentação, bem como o seu objeto, finalidade, extensão e limites?
3. Discorra sobre a capacidade postulatória no âmbito do sistema dos Juizados Especiais, tratando especificamente sobre os juizados especiais cíveis e dos juizados criminais.

DECISÃO:

Diante da questão abaixo, redija a decisão. Máximo de 60 linhas.

Carla ingressou com uma ação de cobrança com pedido de repetição de indébito cumulada com danos morais contra uma empresa de telefonia móvel, alegando que esta cobrou em duplicidade a fatura referente ao mês de outubro de 2015, pelos serviços prestados à autora e regularmente contratados com a ré. A parte autora juntou só a conta telefônica, com o comprovante de pagamento referente ao mês de outubro. Em contestação, a ré alegou, preliminarmente, a ausência de sua citação, vez que o Aviso de Recebimento (AR) encaminhado ao seu endereço foi recebido por um funcionário da empresa e não por seu gerente. No mérito, alega que não efetuou a cobrança em duplicidade. A parte ré não juntou nenhum documento. Como você juiz (a) leigo (a) julgaria a presente ação, abordando os seguintes critérios:

- A) Ausência de citação da ré;
- B) Ônus da prova;
- C) Procedência ou improcedência da lide.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Processo Administrativo nº 0101791-80.2015.8.01.0000

RASCUNHO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Processo Administrativo nº 0101791-80.2015.8.01.0000

RASCUNHO